

EDIÇÃO PEDAGÓGICA



Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Estado do Paraná

Ano XXXIII - Edição Especial



Aliadas à imposição de metas pelo governo Ratinho Junior, as plataformas educacionais tornaram-se instrumentos de controle, vigilância, coação e corrosão das condições de trabalho e da autonomia pedagógica em sala de aula. Ferramentas que poderiam apoiar o ensino-aprendizagem têm transformado a rotina escolar em um experimento distópico de desumanização, falsa meritocracia e frustração.

Este projeto acelerado pela pandemia aposta na lógica neoliberal para transferir recursos públicos, a produção intelectual da categoria, o currículo escolar e o próprio fazer pedagógico para empresas privadas, desviando a centralidade da aprendizagem para os números, planilhas, índices e testes padronizados. Por fim, dados pessoais de mais de um milhão de estudantes e dezenas de milhares de trabalhadores(as) são rifados para a exploração de algoritmos, em uma flagrante violação de privacidade.

As consequências da plataformação na rede estadual do Paraná são sentidas por todos(as)

nós, educadores(as), sobrecarregados(as) pelo fluxo constante de novas demandas e aplicativos, mas também por estudantes, alienados(as) pela desconexão entre o conhecimento padronizado e a sua realidade social e material. A imposição e as cobranças distanciam educador(a) e educando(a), numa paulatina transformação do(a) professor(a) em um(a) técnico(a) mediador(a) de máquinas e saberes estranhos à escola pública.

Este debate necessário parte do agora, da realidade enfrentada - ao seu modo e com suas particularidades - em cada escola e em cada sala de aula. Mas deve mirar o futuro. Que escola nós teremos daqui a cinco, dez anos? Qual será o nosso papel como educadores e educadoras? O que será dos(as) nossos(as) estudantes se este processo continuar? Mais do que isso; se não é possível deter o avanço tecnológico, uma outra plataformação, humanizadora e de caráter público e emancipador, é possível?

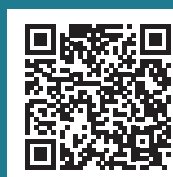
São estas as indagações que trazemos nesta edição pedagógica, que contrasta avanços na

pauta salarial com um debate absolutamente necessário. Refletir sobre o tema é preciso, mas é chegada a hora de partir da crítica para a ação crítica, construindo estratégias de resistência e enfrentamento. Que os resultados da campanha salarial, ainda que insuficientes e com muitos passos a caminhar, nos inspirem a esperar neste novo horizonte de lutas. Cada passo à frente prepara o seguinte. Se o Paraná tenta ser a ponta de lança da plataformação e do capitalismo de vigilância, sejamos a vanguarda da resistência.

**JUNTE-SE À APP
E CONSTRUA A
LUTA COLETIVA.**

**12 de agosto é dia de
Assembleia Estadual
da categoria.**

Saiba como
participar aqui:



Nossa luta tem conquistas!

Ainda há muito a avançar, mas a campanha salarial estancou perdas e abriu caminho para recuperar defasagens históricas

Após meses de intensa campanha salarial - foco da APP no 1º semestre - a Assembleia Legislativa aprovou no início de julho o Projeto de Lei nº 532/2023, que fixou os índices de recomposição para os(as) servidores(as) do Executivo. Embora não atenda o conjunto das reivindicações da categoria, o texto assegurou avanços significativos na pauta, rompendo com anos de congelamento que levaram a inaceitáveis 42% de defasagem para a inflação.

Os resultados foram fruto da construção coletiva da categoria, que aprovou a centralidade da pauta já na Assembleia Estadual de janeiro, e da rápida atuação sindical para estabelecer uma mesa de negociação e pressionar governo e parlamentares por respostas. Mas estancar as perdas não é suficiente. É preciso revertê-las e construir as condições para a valorização profissional e a conquista de salário digno para todos(as): professores(as) e funcionários(as), na ativa e aposentados(as). A luta continua!



Foto: QUEM TV / APP-Sindicato

Sinal de força da educação: governo anunciou os índices na véspera da Assembleia Estadual de abril, que poderia deflagrar estado de greve pela pauta salarial.

Resultados da luta

(implantação na folha de agosto)

- **13,25%** para os(as) professores(as) **QPM** e **PSS** na ativa, atendendo reivindicação da APP pela implantação em todos os níveis e classes. O índice inclui aposentados(as) com paridade;
- **5,79%** de Data-Base para os(as) **QFEB**, na ativa e aposentados(as) (bem como professores/as aposentados/as sem paridade) e avanço no debate para reestruturar a tabela salarial dos(as) funcionários(as);
- **Complemento do Piso retroativo** a janeiro para os(as) professores(as) **PSS** e **QPMs** que recebiam abaixo do Piso;
- **5,79%** no auxílio-transporte dos(as) **QFEB**, **QPM** e **PSS**;
- **5,79%** na Gratificação de Tecnologia e Ensino (GTE);
- Aprovação de **emenda** para manter o mês de maio como referência para o cálculo e implantação da **Data-Base** (o governo tentou revogar esta regra).

Prioridades para o próximo período

- Aprovar **nova tabela salarial para os(as) QFEB**;
- Estender **vale-alimentação de R\$ 600** para os(as) **QFEB**;
- Estender o **índice do Piso (13,25%)** para os(as) professores(as) **aposentados(as) sem paridade**;
- Fim do **desconto previdenciário para aposentados(as)** que recebem até o teto do INSS;
- Análise jurídica sobre a possibilidade de **pagamento retroativo do Piso** (janeiro) e da **Data-Base** (maio);
- Assegurar previsão de recursos para o pagamento da Data-Base em 2024 na **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e estabelecer política de recuperação da defasagem acumulada.

No 7 de agosto, comemoramos o Dia Estadual dos(as) Funcionários(as) de Escola. Ao longo do mês, a APP promoverá atividades nos Núcleos Sindicais para celebrar e homenagear estes(as) trabalhadores(as) indispensáveis para a educação, a aprendizagem e o bem-estar da comunidade escolar. Organize a sua escola para participar das comemorações e junte-se à luta pela devida valorização profissional e salarial dos(as) agentes. A participação dos(as) funcionários(as) também é fundamental nos Dias Pedagógicos. Sem agente a escola para!

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE. Av. Iguazu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 2170-2500.

Presidente: Walkiria Olegário Mazeto | **Secretário de Comunicação:** Daniel Nascimento Matoso | **Secretária Executiva de Comunicação:** Cláudia Gruber

Jornalistas: Fabiane Burmester (4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (11792-PR), Luis Lomba (99.667/92 - RJ) e Luiz Damasceno (MTb 14325) | **Projeto gráfico e diagramação:** Rodrigo A. Romani

Edição de vídeos: Luan Pablo Romero de Souza. **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 60.000 exemplares.

Gestão APP Unida e Forte - Em Defesa da Escola Pública (2021-2025): Walkiria Olegário Mazeto [Presidenta], Celso José dos Santos [Secretário Geral], Elio da Silva [Secretário de Finanças], Simone Regina Checchi [Secretária de Administração e Patrimônio], Sidineiva Gonçalves de Lima [Secretária de Organização], Maria Adelaide Mazza Correia [Secretária de Aposentados(as)], Márcia Aparecida de Oliveira Neves [Secretária de Assuntos Municipais], Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves [Secretário Executivo de Assuntos Municipais], Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana [Secretária Educacional], Nádia Aparecida Brixner [Secretária Executiva Educacional], Silvana Prestes Rodacoswiski [Secretária de Formação Política Sindical e Cultural], Cleiton Costa Denez [Secretário Executivo de Formação Política Sindical e Cultural], Daniel Nascimento Matoso [Secretário de Comunicação], Cláudia Gruber [Secretária Executiva de Comunicação], Ralph Charles Wendpap [Secretário de Sindicalizados(as)], Marlei Fernandes de Carvalho [Secretária de Assuntos Jurídicos], Tais Adams Gramowski [Secretária de Política Sindical], Jussara Aparecida Ribeiro [Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos], Elizabeth Eva Almeida Dantas [Secretária de Funcionários(as)], Margleise Adriana dos Santos [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Clau Lopes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Celina do Carmo da Silva Woteoski [Secretária de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos [Secretária de Saúde e Previdência] e Nilton Aparecido Stein [Secretário Executivo de Saúde e Previdência].

 appsindicato.org.br

 APP-Sindicato

 @appsindicato

 @appsindicato

Tabela Salarial dos(as) Professores(as) - Jornada 20 horas

A ser implantada a partir de agosto de 2023 (13,251%)

Valores em R\$	NÍVEIS	Classes										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE Nível III	1	3.601,32	3.781,37	3.970,43	4.168,97	4.377,41	4.596,30	4.826,10	5.067,41	5.320,79	5.586,82	5.866,16
Especialização Nível II	2	2.320,76	2.343,98	2.367,41	2.437,51	2.559,37	2.687,33	2.821,73	2.962,80	3.110,95	3.266,50	3.429,82
Lic. Plena Nível I	3	2.210,25	2.232,36	2.254,68	2.277,23	2.300,01	2.323,00	2.346,23	2.370,25	2.488,76	2.613,20	2.743,84
Lic. Curta + Adic. Nível Especial III	4	1.878,72	1.935,08	1.993,13	2.052,93	2.114,51	2.177,94	2.243,29	2.310,58	2.379,90	2.451,30	2.524,84
Lic. Curta + Adic. Nível Especial II	5	1.657,70	1.707,42	1.758,65	1.811,40	1.865,75	1.921,72	1.979,37	2.038,75	2.099,92	2.162,92	2.227,80
Magistério Nível Especial I	6	1.547,18	1.593,60	1.641,40	1.690,64	1.741,37	1.793,61	1.847,41	1.902,84	1.959,92	2.018,72	2.079,28

Gratificação de Tecnologia e Ensino (GTE): R\$ 423,16 (para 20 horas) | PSS: referência na Classe 1 do Nível Licenciatura Plena | Auxílio transporte (AT): R\$ 445,66 (20 horas)

Tabela Salarial dos(as) Funcionários(as) QFEB

A ser implantada a partir de agosto de 2023 (reajuste de 5,79%) | Obs: Ainda não inclui a reestruturação proposta pela APP

Agente Educacional I								Agente Educacional II							
Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$		
1	1.129,12	10	1.579,47	19	2.209,47	28	3.090,76	1	1.693,66	10	2.369,22	19	3.314,21		
2	1.172,02	11	1.639,48	20	2.293,43	29	3.208,20	2	1.758,04	11	2.459,25	20	3.440,13		
3	1.216,53	12	1.701,78	21	2.380,57	30	3.330,10	3	1.824,84	12	2.552,69	21	3.570,87		
4	1.262,78	13	1.766,38	22	2.471,04	31	3.456,65	4	1.894,17	13	2.649,69	22	3.706,56		
5	1.310,77	14	1.833,59	23	2.564,95	32	3.588,02	5	1.966,14	14	2.750,37	23	3.847,40		
6	1.360,55	15	1.903,26	24	2.662,42	33	3.724,37	6	2.040,85	15	2.854,89	24	3.993,59		
7	1.412,26	16	1.975,59	25	2.763,58	34	3.865,89	7	2.118,41	16	2.963,39	25	4.145,38		
8	1.465,92	17	2.050,67	26	2.868,60	35	4.012,79	8	2.198,91	17	3.075,97	26	4.302,89		
9	1.521,64	18	2.128,56	27	2.977,61	36	4.165,26	9	2.282,47	18	3.192,89	27	4.466,42		

Auxílio transporte: R\$ 459,03

Proposta de reestruturação da tabela dos(as) QFEB

Proposta que tramita no governo - **Agentes I (QFEB) - Sujeita a mudanças**

Proposta que tramita no governo - **Agentes II (QFEB) - Sujeita a mudanças**

CLASSE	SALÁRIO	CLASSE	SALÁRIO	CLASSE	SALÁRIO	CLASSE	SALÁRIO
1	R\$ 1.800,00	10	R\$ 2.247,95	19	R\$ 2.807,39	28	R\$ 3.506,04
2	R\$ 1.845,00	11	R\$ 2.304,15	20	R\$ 2.877,57	29	R\$ 3.593,69
3	R\$ 1.891,13	12	R\$ 2.361,76	21	R\$ 2.949,51	30	R\$ 3.683,53
4	R\$ 1.938,40	13	R\$ 2.420,80	22	R\$ 3.023,25	31	R\$ 3.775,62
5	R\$ 1.986,86	14	R\$ 2.481,32	23	R\$ 3.098,83	32	R\$ 3.870,01
6	R\$ 2.036,53	15	R\$ 2.543,35	24	R\$ 3.176,30	33	R\$ 3.966,76
7	R\$ 2.087,45	16	R\$ 2.606,94	25	R\$ 3.255,71	34	R\$ 4.065,93
8	R\$ 2.139,63	17	R\$ 2.672,11	26	R\$ 3.337,10	35	R\$ 4.167,58
9	R\$ 2.193,13	18	R\$ 2.738,91	27	R\$ 3.420,53	36	R\$ 4.271,77

Interclasse de **2,5%** | Reajuste médio: **15,99%**

CLASSE	SALÁRIO	CLASSE	SALÁRIO	CLASSE	SALÁRIO	CLASSE	SALÁRIO
1	R\$ 3.000,00	10	R\$ 3.746,59	19	R\$ 4.678,98	28	R\$ 5.843,40
2	R\$ 3.075,00	11	R\$ 3.840,25	20	R\$ 4.795,95	29	R\$ 5.989,49
3	R\$ 3.151,88	12	R\$ 3.936,26	21	R\$ 4.915,85	30	R\$ 6.139,22
4	R\$ 3.230,67	13	R\$ 4.034,67	22	R\$ 5.038,75	31	R\$ 6.292,70
5	R\$ 3.311,44	14	R\$ 4.135,53	23	R\$ 5.164,71	32	R\$ 6.450,02
6	R\$ 3.394,22	15	R\$ 4.238,92	24	R\$ 5.293,83	33	R\$ 6.611,27
7	R\$ 3.479,08	16	R\$ 4.344,89	25	R\$ 5.426,18	34	R\$ 6.776,55
8	R\$ 3.566,06	17	R\$ 4.453,52	26	R\$ 5.561,83	35	R\$ 6.945,97
9	R\$ 3.655,21	18	R\$ 4.564,85	27	R\$ 5.700,88	36	R\$ 7.119,62

Interclasse de **2,5%** | Reajuste médio: **22,76%**



Para conferir a tabela QFEB proposta pela APP na mesa com a Seed, acesse: appsindicato.org.br/tabelasqfeb

A APP realizou, no dia 1º de julho, o seminário “*Plataformização da Educação: um debate necessário*”, reunindo representantes dos 29 Núcleos Sindicais e pesquisadores(as) para refletir sobre os impactos das plataformas no trabalho docente e no processo ensino-aprendizagem, bem como as dimensões política, econômica e ideológica do projeto em curso na rede estadual de educação do Paraná. O trabalho resultou na construção coletiva de um manifesto que servirá de instrumento de mobilização e de norte para a resistência propositiva nas escolas.

Manifesto por uma educação humanizadora em tempos de tecnologias digitais

A partir de 2019, com a administração do governo Ratinho Junior (PSD), a conjuntura educacional do Paraná se destaca por profundas mudanças na organização escolar orientadas por uma concepção neoliberal de educação. Novas metodologias de gerenciamento, de ensino e de controle do trabalho docente e pedagógico foram gestadas para buscar a todo custo resultados expressos na melhoria contínua do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Os desafios do período pandêmico nos obrigaram a desvendar as formas de uso de tecnologias e suas modalidades de maneiras nunca imaginadas. Vencida a pior parte da crise sanitária, apesar da expectativa de retomada da “normalidade”, os procedimentos e meios tecnológicos adotados pela Seed não retrocederam. Muitas medidas foram mantidas e intensificadas, em especial o uso das plataformas, a padronização do currículo, a responsabilização da escola pelo cumprimento de metas e o uso de mecanismos permanentes de avaliação dos(as) estudantes e profissionais da educação, ampliando o caráter de dominação do pensamento empresarial.

Neste sentido, denunciamos as implicações deste projeto marcado pela imposição de plataformas tecnológicas aliadas à cobrança de metas e responsabilização dos(as) profissionais da educação, consequências sentidas por toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, mães, pais e responsáveis.

1. Intensificação do trabalho docente para adequar a escola à política de metas e resultados. A Secretaria da Educação utiliza-se de estratégias de pressão, monitoramento e ameaças constantes que têm levado os(as) trabalhadores(as) à sobrecarga, à exaustão e ao adoecimento psicológico, emocional

e físico, em um processo mediado e intensificado pela plataformização.

2. Ausência de autonomia de professores(as), da equipe pedagógica e estudantes na produção do ensino-aprendizagem. O uso obrigatório, intensivo e indistinto das plataformas educacionais sem a adequada discussão e reflexão tem levado professores(as), pedagogos(as) e o conjunto da comunidade escolar a um vazio pedagógico. Ao invés de instrumentos de apoio e mediação do ensino-aprendizagem, as ferramentas digitais têm tomado a centralidade do processo pedagógico, tornando-se um fim em si.

3. Ataque constante ao princípio da gestão democrática. As plataformas diversificaram e aprofundaram as formas de pressão e controle sobre professores(as), pedagogos(as) e direções, que passaram a responder processos administrativos disciplinares (PAD) e trabalhar sob a permanente ameaça de destituição por não atingirem metas de frequência de uso e de resultados medidos por plataformas educacionais.

4. Contraste entre as exigências do governo e as condições estruturais das escolas. A realidade de muitas escolas é marcada pela carência de acesso adequado à Internet e, principalmente, de laboratórios de informática devidamente equipados para atender às cobranças vinculadas ao uso de plataformas. Salas de aulas com a infraestrutura elétrica comprometida, superlotação de turmas e porte escolar inadequado agravam este problema.

5. Mercantilização da educação pública. As plataformas contratadas pelo Estado são desenvolvidas e mantidas por conglomerados empresariais, que historicamente buscam se apropriar do orçamento público da educa-

ção. São atores privados que decidem quais plataformas serão usadas, o que vai ser ensinado e como vai ser ensinado. Nesse contexto, a padronização do currículo e o controle do desempenho de educadores(as) e estudantes é fundamental para mensurar a competitividade e produzir maior aderência ao projeto neoliberal.

6. Violação da privacidade e extrativismo digital. No atual estágio de desenvolvimento de capitalismo, marcado pela digitalização e a monetização de dados, o processo de privatização assume uma dupla camada, colocando em risco informações pessoais e a privacidade dos(as) sujeitos(as) da escola para alimentar algoritmos voltados a prever e influenciar o comportamento e hábitos de consumo dos(as) indivíduos(as).

O quadro exposto não deixa dúvidas: precisamos fincar trincheiras na defesa de uma educação pública que reafirme processos educativos humanizadores e emancipadores, que respeite a autonomia dos(as) profissionais, a gestão democrática, o caráter público do ensino, a realidade de cada escola e as particularidades dos(as) estudantes da rede estadual.

Assim sendo, nos manifestamos pela:

- Defesa de uma escola pública universal, diversa, plural, inclusiva e da gestão democrática como princípios inegociáveis;
- Defesa da qualidade da educação socialmente referenciada e não pautada por interesses do mercado;
- Defesa do caráter universal da educação para todos(as) os(as) indivíduos(as), considerando suas especificidades;
- Liberdade de cátedra e autonomia docente na condução do processo ensino-aprendizagem;

- Defesa das equipes pedagógicas e diretivas como articuladoras da organização do trabalho na escola, respeitando a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) e o princípio da autonomia;

- Política de financiamento público da educação para garantir o acesso e permanência dos(as) estudantes na escola, as condições estruturais adequadas e a valorização profissional com salário e carreira para professoras(es) e funcionários(as);

- Política de regulamentação quanto ao tempo de estudo e trabalho diante das telas de transmissão das aulas e atividades, em respeito à saúde;

- Defesa do direito à inclusão educacional de pessoas com deficiência, com adaptação curricular e acessibilidade;

- Segurança de que os dados pessoais não fiquem à disposição do mercado das tecnologias digitais;

- Defesa da oferta, regulação e manutenção de plataformas públicas, com uso de software livre.

Por fim, cabe destacar que defendemos o uso das tecnologias digitais na educação, mas a partir de estudos e reflexões científicas apuradas e consensuadas no meio acadêmico e, principalmente, enquanto recursos pedagógicos, submetidas ao planejamento docente e considerando a relação processual método-conteúdo-avaliação, e não como instrumentos de controle, vigilância e responsabilização de direções escolares, pedagogos(as), professores(as) e estudantes.

Curitiba, 1º de julho de 2023
APP-Sindicato

Acesse os materiais para debate e fundamentação teórica:

